

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de prestação de serviços de engenharia objetivando reforma geral no imóvel da Ag. Crateús/CE, localizada no estado do Ceará.

2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia objetivando reforma geral no imóvel da Ag. Crateús/CE, localizada no estado do Ceará.

3 LOCAIS, PRAZOS, HORÁRIOS E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 UNIDADE E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

AG CRATEÚS – CNPJ: 00.360.305/0747-36

ENDEREÇO: R DOM PEDRO II, 933/939

MUNICÍPIO/ESTADO: CRATEUS/CE

CEP: 63700-139

3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

- 3.2.1 O prazo de vigência do contrato será de: 18 meses.
- 3.2.2 O prazo de execução dos serviços será de: 300 dias.
- 3.2.3 Logo após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deve encaminhar solicitação ao empregado responsável da CAIXA pela região (Agente de Ambiência da CEINF) para marcar a data da Reunião de Início dos Serviços.

3.3 HORÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.3.1 Os serviços deverão ser executados sem interrupção do funcionamento normal da Unidade CAIXA e das demais dependências da edificação, de acordo com as orientações e horários definidos pela equipe técnica da CAIXA. Se for o caso, a CONTRATADA deve apresentar os mapas indicativos das áreas nas quais não será possível a execução de serviços entre os intervalos de expediente, acompanhados das justificativas técnicas pertinentes.
- 3.3.2 As intervenções deverão obedecer estritamente aos horários estabelecidos e autorizados, podendo ocorrer em horário comercial, noturno e ainda nos finais de semana de feriados, ou ainda ocorrer sem restrições de datas e horários, desde que autorizadas e observadas as normas da administração do imóvel/condomínio, onde está situada a unidade.
- 3.3.3 Em princípio o horário de execução deverá ser das 18h00 às 05h00 em dias de semana e, sem restrições de horário aos sábados, domingos e feriados, respeitada a Lei do Silêncio.
-

3.4 ACESSO AO LOCAL DO SERVIÇO

- 3.4.1 A CONTRATADA deverá solicitar formalmente o acesso às dependências da unidade onde será executado o serviço com antecedência mínima de 10 dias da intervenção.
- 3.4.2 O pessoal que será cadastrado para acesso à unidade deverá apresentar CTPS ou Contrato de Trabalho que comprove vínculo empregatício com a contratada ou sua subcontratada.
- 3.4.3 Maiores detalhes deverão ser obtidos antecipadamente junto ao consultor da CEINF – Base FO que atende a região de abrangência, por meio do endereço eletrônico a ser informado por ocasião da reunião de início do contrato.

3.5 PAGAMENTO

- 3.5.1 A CAIXA efetuará o pagamento à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil, após o recebimento da nota fiscal e após a aceitação dos serviços, verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, entrega e conferência da documentação exigida – mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente, em agência da CAIXA, podendo ser em parcelas mensais, ao final de cada etapa, após os 30 dias iniciais de execução do serviço contratado, desde que solicite antecipadamente medição ao EEAT.
- 3.5.2 A medição do material permanente/equipamentos quando previstos no presente contrato ocorrerá somente após a instalação e realização dos respectivos testes de funcionamento dos mesmos. Não será realizado pagamento de material/equipamento acondicionado em obra sem a devida instalação e verificação de seu correto funcionamento.
- 3.5.3 O faturamento deverá ocorrer, obrigatoriamente, por meio de Nota Fiscal de Serviço, emitida com o item 7.05 – Reparação, conservação e Reforma de Edifícios.
- 3.5.4 O faturamento dos equipamentos, quando previstos e que vierem a ser fornecidos em decorrência do contrato, deve ocorrer por meio de Nota Fiscal de Venda, com custos unitários e totais, bem como deve ser apresentada a garantia dos equipamentos nos termos do edital, acompanhados da documentação exigida no contrato e/ou cadernos de especificações, tais como:
- I) manual completo de operação do(s) equipamento(s);
 - II) certificado de garantia do(s) equipamento(s) instalado(s);
 - III) esquema elétrico completo da instalação, e
 - IV) fotocópia da folha de partida do(s) equipamento(s).
- 3.5.5 A documentação fiscal não poderá ser entregue restando menos de 10 (dez) dias úteis para o último dia do mês, pois não será possível efetuar o pagamento dentro do mesmo mês, devendo ser emitida e entregue pela CONTRATADA a partir do 1º dia útil do mês subsequente, evitando-se a geração de encargos por recolhimento de tributos em atraso.
- 3.5.6 O documento fiscal apresentado à CAIXA deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes e devendo, ainda, constar a identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo Gestor Operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do Contrato e/ou Pedido e a descrição detalhada dos itens que compõem o objeto com os valores unitários e totais, como
-

também o período a que se refere e as unidades da CAIXA contempladas.

3.5.7 A documentação fiscal não aprovada pela CAIXA será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

3.5.8 A devolução de documento não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

3.6 ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA LICITAÇÃO

3.6.1 PREÇO MÁXIMO: Valor global estimado dos serviços - R\$ 3.629.477,67 (Três milhões seiscentos e vinte e nove mil quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

3.6.2 Os valores máximos estimados de cada item englobam também os preços máximos unitários admitidos que constam nas planilhas orçamentárias.

3.6.3 O valor máximo estimado estabelecido para os serviços constantes das planilhas engloba o fornecimento e a instalação de materiais, peças e equipamentos, bem como a realização dos serviços.

4 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

4.1 GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS

4.1.1 Devem ser garantidos pela CONTRATADA, a contar da data do recebimento definitivo do serviço contratado, pelo prazo irredutível de: 5 (cinco) anos para os serviços de engenharia, 03 (três) anos para os compressores e, 12 (doze) meses para outros materiais e equipamentos, contra defeito de fabricação.

4.1.2 Nas solicitações de manutenção corretivas, a CONTRATADA se compromete a atender a CAIXA num tempo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, mesmo quando sediada fora da cidade onde foi executada a instalação.

4.1.3 A CONTRATADA providenciará por sua conta, e sem ônus para a CAIXA, a substituição dos materiais, reparação da obra/serviço que apresentar defeito durante o período de garantia e responde pelo dano inerente a essa substituição e/ou reparação.

4.1.4 A falta de produto não caracteriza motivo de força maior e não exime a CONTRATADA da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento do prazo estabelecido.

4.2 SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 Não será permitida a subcontratação para execução dos serviços

4.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 Recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), junto ao CREA ou ao CAU conforme o caso, referente à execução global da intervenção e apresentar à CAIXA antes do início dos serviços, englobando a vigência do contrato.

4.3.2 O recolhimento de ART ou RRT vinculadas à principal, quando do início dos trabalhos de cada especialidade, tem como responsáveis técnicos os profissionais habilitados das especialidades correspondentes às parcelas de maior relevância exigidas no

Processo Licitatório.

- 4.3.3 As datas de início e conclusão ou término da obra na ART/RRT deve coincidir no mínimo com a vigência do contrato e, quando ocorrer prorrogação no prazo, a vigência deve ser alterada conforme esse novo término, com apresentação do respectivo comprovante.
- 4.3.4 A empresa deverá comprovar a execução, de forma satisfatória, de intervenções físicas em edifício de uso comercial, tais como bancos ou escritórios, ou mais complexo tecnológica e operacionalmente, considerando-se as seguintes parcelas de maior relevância:
- Execução de obras civis com área mínima construída de 300 m²;
 - Execução de sistema elétrico, com quadro de distribuição e, no mínimo, 80 pontos elétricos ou potência instalada de 75kva;
 - Execução de sistema de cabeamento estruturado com, no mínimo, 50 pontos, categoria 6 (250mhz) ou superior;
 - Execução de sistema central de climatização de 15TR, que contenha equipamento central do tipo dutado.

4.3.5 Capacitação Técnico-Operacional

A empresa deverá apresentar Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro do seu prazo de validade, onde constem os seus responsáveis técnicos.

A licitante deverá apresentar atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a empresa desempenhado, de forma satisfatória, atividades de intervenções físicas em edifício de uso comercial, tais como bancos ou escritórios, ou mais complexo tecnológica e operacionalmente com apresentação inclusive da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA ou CAU, vinculada(s) ao respectivo(s) atestado(s) /certidão(ões)/declaração(ões), que atendam às parcelas de maior relevância.

O(s) atestado(s)/certidão(ões)/ declaração(ões) citados acima deve(m) ser apresentado(s) contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante.

Não serão aceitos atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) de serviços de manutenção para comprovação das parcelas de maior relevância.

É vedado o somatório dos atestados para fins de comprovação de cada uma das parcelas de maior relevância.

4.3.6 Capacitação Técnico-Profissional

A empresa deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que pertençam ao seu quadro permanente ou sejam contratados para o objeto desta licitação e que demonstrem a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica, com a(s) seguinte(s) formação(ões):

- Na data prevista para entrega da proposta, a licitante deverá possuir em seu quadro permanente de funcionários, profissional de nível superior em Engenharia Civil e/ou em Arquitetura, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA / CAU), detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço
-

que, com exceção dos quantitativos, tenham características equivalentes às descritas nas parcelas de maior relevância.

Os profissionais cuja capacitação foi comprovada nos termos dos dois subitens acima deverão participar da execução do objeto contratual.

Serão possíveis as substituições desses profissionais no decorrer do contrato, por outros de experiência comprovada nos mesmos termos do edital, mediante aprovação formal emitida pela caixa.

4.4 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- 4.4.1 Cumprir o que dispõe a legislação ambiental, as diretrizes da Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como a Resolução CONAMA nº 307/2002, alterada pela Resolução CONAMA nº 348/2004, que estabelece critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e demolição, conforme existência de local apropriado no município.

4.5 CRONOGRAMA

- 4.5.1 Apresentar o cronograma físico-financeiro da intervenção nos prazos acordados com a CEINF. A CONTRATADA deve obedecer rigorosamente aos prazos fixados no cronograma físico-financeiro, uma vez que este constitui Instrumento de Avaliação do andamento dos serviços e cumprimento contratual, bem como indicação do local de execução e especificações da intervenção/serviço.

4.6 SEGUROS

- 4.6.1 O seguro de risco de engenharia e o seguro de responsabilidade civil por acidentes pessoais e danos materiais, incluído seguro de incêndio, será exigido para todos os contratos emitidos, exceto quando for dispensado pela análise técnica quanto a complexidade da intervenção em contratação, sem detrimento para a correlação custo benefício, em subsídio à decisão gerencial, formalizado na emissão do contrato. O seguro de risco de engenharia e o seguro de responsabilidade civil por acidentes pessoais e danos materiais deverão ser apresentados conforme abaixo:
- 4.6.2 O seguro de risco de engenharia deve especificar os limites de indenização/garantia, com valores de cobertura básica que corresponda ao valor total do serviço, bem como a de cobertura adicional de no mínimo 30% da cobertura básica.
- 4.6.3 O seguro de responsabilidade civil por acidentes pessoais e danos morais informará a importância dos limites máximos de indenização/garantia correspondente a no mínimo de 10% da cobertura básica, observado o valor mínimo de R\$ 50.000,00.
- 4.6.4 A cobertura de responsabilidade civil pode estar caracterizada como cobertura acessória e conjugada em uma apólice ou contratada em separado, observando a composição do limite máximo de indenização/garantia.
- 4.6.5 A CONTRATADA deve apresentar à CAIXA, no prazo máximo de até 10 dias da assinatura do contrato as apólices dos seguros acima especificados, aos quais devem corresponder ao prazo da vigência do contrato.
- 4.6.6 Quando ocorrer alteração no prazo, a vigência das apólices deve ser prorrogada conforme esse novo prazo, com apresentação do endosso das apólices.
- 4.6.7 Ocorrendo sinistro, as partes atingidas serão reparadas ou refeitas pela CONTRATADA.
-

- 4.6.8 Para obras ou serviços de engenharia de curto prazo de execução e baixo risco, cujo valor não ultrapasse a hipótese de dispensa de licitação, ou seja o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), os gestores técnicos e/ou administrativos da CEINF deliberam pela dispensa de apresentação da apólice de seguro de Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil, mediante juízo de oportunidade e conveniência, desde que para a execução do serviço não necessite da apresentação de ART/RRT.
- 4.6.9 Para a contratação de serviços de natureza estrutural, subestações de energia e instalações de equipamentos contra incêndios, é obrigatória a contratação de apólice de seguro, independentemente do porte ou valor do contrato celebrado.

5 OUTRAS INFORMAÇÕES

- 5.1 O presente Termo de Referência foi baseado no Material Técnico anexo (Planilhas, Projetos e Memoriais Descritivos), que integra e complementa este documento, elaborado por Responsáveis Técnicos contratados pelo Escritório de Engenharia Terceirizado Conte Cornetet Arquitetura e Consultoria Ltda.
- 5.2 A confecção do Material Técnico (atendimento às normas técnicas, projetos, cronogramas, orçamentos e a adequação às exigências do serviço) é de inteira responsabilidade do Autor Técnico.
- 5.3 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer obrigação constante no Instrumento Contratual e/ou neste Termo de Referência, implicará em:
- a) multa;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 5.4 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:
- Multa diária de 0,3% (três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerado o prazo estabelecido no contrato e/ou PLO, limitado a 10% do valor global contratado;
- 5.5 Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa de 10% do valor global contratado.
- 5.6 As multas serão descontadas da garantia ou do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente.

6 CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 6.1 Considerando as regras estabelecidas sobre segurança da informação, entendemos que há risco mínimo vinculado à presente contratação, onde a executora terá acesso pontual às dependências da CAIXA durante a realização dos serviços e não terá acesso à informação corporativa e pessoal. Devem ser incluídas as cláusulas no contrato as cláusulas indicadas abaixo, de acordo com o previsto no guia CAIXA diretrizes e privacidade.
- 6.2 Os fornecedores devem cumprir todos os requisitos da legislação brasileira aplicáveis à segurança da informação e privacidade de dados, bem como devem se comprometer integralmente à observância dos itens a seguir:
-

- 6.2.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 6.2.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 6.2.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 6.2.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 6.2.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 6.2.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 6.2.7 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 6.2.8 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 6.2.9 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 6.2.10 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.
- 6.2.11 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 6.2.12 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.
- 6.3 Estas diretrizes de segurança se aplicam aos fornecedores de bens e serviços contratados pela CAIXA, incluindo seus sócios, administradores, diretores, empregados, prepostos, contratados, consultores, ou quaisquer outras pessoas sob sua responsabilidade (direta ou indireta), que venham a ter acesso a ambientes, sistemas e informações da CAIXA.

7 Matriz de Risco

- 7.1 Conforme arquivo anexado ao processo.
-

ANEXO I - APÊNDICE A

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)

Em conformidade com a [POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA \(PR SAC\) CAIXA](#), com vistas a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, considerando, na aquisição de bens, serviços e obras e no relacionamento com fornecedores, incentivando a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos;

A **CONTRATADA** deverá elaborar **PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)**, conforme o [Decreto nº 10.936/2022](#), que regulamenta a [Lei nº 12.305/2010](#), na qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e do [Decreto nº 11.043/2022](#), que aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

O PGRCC deverá atender a legislação Estadual e Municipal do local de execução da obra ou serviço.

Os resíduos deverão ser **segregados e classificados** de acordo com a **ABNT NBR 10.004/2004** Resíduos sólidos, e a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – **CONAMA 307/2002 e suas alterações**, que tratam da gestão dos resíduos da construção civil.

Os **EPIs (luvas, máscaras, protetores auriculares, roupas...), contaminadas ou usadas**, são classificados como **Resíduos classe I – Perigosos**, conforme NBR 10.004/2004, pois podem conter microrganismos patogênicos. Deverão ser destinados como **resíduo orgânico (lixo comum)**.

É proibido o descarte, de qualquer resíduo gerado em obras ou serviços, nos coletores existentes nas unidades CAIXA. A **CONTRATADA** deverá providenciar seus próprios coletores ou caçambas em local externo das unidades CAXA e providenciar o transporte e destinação.

A **CONTRATADA** deverá documentar todo o planejamento e estratégias do **PGRCC** durante toda a vigência do contrato, por meio de relatórios periódicos que deverão ser entregues à **CONTRATANTE**.

O **PGRCC** deverá ser elaborado **por responsável técnico devidamente habilitado**, com a respectiva **ART** (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou equivalente, **com a atividade específica** de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (**PGRS**) ou Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (**PGRCC**), conforme Art. 22 da Lei 12.305/2010.

O **PGRCC** e a **ART** deverão ser entregues antes do início dos serviços.

O **APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO RESÍDUOS** deverá, obrigatoriamente, ser entregue completamente preenchido e assinado ao EEAT no momento da realização da medição.

ANEXO I - APÊNDICE B
DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS
CONTRATO NNNN/2023 - CICLO mês/2023

NOME DA EMPRESA CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF nº **NN.NNN.NNN/NNNN-NN**, DECLARA que **SEGREGOU, CLASSIFICOU e DESTINO**U os resíduos, nas quantidades e destinos apontados, de modo a cumprir as exigências legais, em especial, do **Decreto Federal nº 10.936/2022 e Lei nº 12.305/2010** que Institui a **Política Nacional de Resíduos Sólidos** e demais legislações **Estaduais e Municipais** do local de execução da obra ou serviço.

RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
CLASSIFICAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA 307/02, 348/04, 431/11 E 469/15
E ABNT NBR 10.004/2004 Resíduos sólidos - Classificação

CONAMA	NBR 10.004	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS	QUANT.	UNID.
CLASSE A	CLASSE II B INERTES	reutilizáveis ou recicláveis como agregados	TIJOLOS, BLOCOS, ARGAMASSA, CONCRETO, CERÂMICA, PORCELANATO, PEDRAS	00,00	m³
CLASSE B	CLASSE II B INERTES	recicláveis para COLETA SELETIVA	PAPEL, MADEIRA, PLÁSTICO, METAL E VIDRO. EMBALAGENS OU BANDEJAS VAZIAS DE TINTA*	00,00	m³
CLASSE B	CLASSE II B INERTES	recicláveis para outras destinações	GESSO LISO, GESSO ACARTONADO (DRY-WALL)	00,00	m³
CLASSE C	CLASSE II B INERTES	não recicláveis	PAPEL, TECIDO, LIXAS, ROLOS, PINCÉIS, FITAS (USADOS)	00,00	m³
CLASSE D	CLASSE I PERIGOSOS	TÓXICOS	PEÇAS DE AMIANTO, METAIS PESADOS (LAMPADAS FLUORECENTES)	00,00	m³
CLASSE D	CLASSE I PERIGOSOS	TÓXICOS, INFLÂMÁVEIS	EMBALAGENS (COM LÍQUIDO OU PASTA) DE TINTAS, SOLVENTES, ÓLEOS, GRAXAS, SELANTES	00,00	m³

* Consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias, aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. As embalagens de tintas usadas na construção civil deverão submetidas a sistema de logística reversa. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).

TRANSPORTADOR/DESTINATÁRIO	
TRANSPORTADORA / CNPJ	NOME DA TRANSPORTADORA
LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL	NNNNNNNN
MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS	https://mtr.sinir.gov.br/ NNNNNNNN
DATA DO TRANSPORTE	dd/mm/2023

Local, dd de mmmm de 2023.

Assinatura com certificação digital	Assinatura com certificação digital
Engenheiro Responsável pelo PGRCC	Representante Legal da Contratada
CREA NNNN – ART NNNNNN	CPF NN.NNN.NNN-NN

ANEXO I - APÊNDICE C

TERMO DE CIÊNCIA DA PRSAC CAIXA – FORNECEDORES

Grau de sigilo #PUBLICO

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____.

Local/Data

Assinatura do Representante Legal